



SE 11. Prostituição, tráfico de pessoas e mercados do sexo: desafios para uma agenda de direitos humanos em tempos de autoritarismos

Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Coordenador/a, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Coordenador/a, Adriana Gracia Piscitelli (Unicamp) - Participante, Michelle Barbosa Agnoleti (Universidade Estadual da Paraíba) - Participante, Thaddeus Gregory Blanchette (UFRRJ Macaé) - Participante, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Debatedor/a, Flavia do Bonsucesso Teixeira (Universidade Federal de Uberlândia) - Participante, Ana Paula Luna Sales (UNICAMP) - Participante, José Miguel Nieto Olivar (Faculdade de Saúde Pública USP) - Participante, Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Debatedor/a, Natânia Pinheiro de O. Lopes (UERJ) - Participante, Soraya Silveira Simões (UFRRJ) - Participante, Fernanda Maria Vieira Ribeiro (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão) - Participante, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Debatedor/a, Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Debatedor/a

A revitalização de agendas moralizantes e a desqualificação dos direitos humanos tem redundado na crescente estigmatização da comercialização do sexo e uma consequente (re)criminalização dos trabalhadores sexuais. Isto, muitas vezes, acontece sob a égide de projetos de renovação física e moral dos centros urbanos, que buscam transformar esses em espaços quase-privatizados, dedicados ao consumo e a performance da respeitabilidade burguesa. Existem cada vez mais as forças de segurança engajadas em operações que fecham boates e retiram prostitutas da rua. Simultaneamente, a questão da prostituição tem se voltada, outra vez, para a esfera religiosa, com várias seitas engajadas em projetos de resgate de vítimas do tráfico, que buscam insumos do Estado. Em conjunto com isto, tramitam no Congresso projetos de lei que criminalizam clientes e retiram direitos conquistados pelos trabalhadores sexuais. Nosso seminário refletir sobre esses fenômenos, buscando forjar elos temáticos com outras áreas de pesquisa que tocam nas questões dos direitos humanos, particularmente estudos de gênero, raça, direitos sexuais, urbanização e migração. O simpósio se dividirá em três sessões, que tocarão em: 1- A história das mudanças nas políticas referente à prostituição; agentes e stakeholders. 2- Tráfico de pessoas e a prostituição: narrativas de criminalização da migração ou proteção aos vulneráveis? 3- Metodologias em tempos de estigmatização: articulações entre grupos sociais e a academia.

?Elas chamavam as cafetinas de mãe? ? invalidação do consentimento das travestis resgatadas? pela Operação Império

Autoria: Michelle Barbosa Agnoleti

Em setembro de 2017, a Polícia Civil do Distrito Federal realizou 10 prisões no curso da Operação Império, na



qual se investigava o tráfico interestadual de travestis para fins de exploração sexual. A delegada responsável pela operação, disse, em entrevista, que o vínculo afetivo estabelecido entre as travestis que se prostituíam e as cafetinas não passava de técnica de dominação para viabilizar a exploração sexual. A Lei 13.344/2016, que, dentre outras mudanças, passou a conferir relevância à palavra da pessoa reputada como vítima, de modo que a expressão de seu consentimento descaracteriza a prática do crime de tráfico de pessoas. Pretende-se, através da análise de entrevistas e matérias jornalísticas sobre a Operação Império, discutir violência simbólica, identidade, relações familiares e os mecanismos de silenciamento das travestis apontadas como vítimas de tráfico de pessoas.



Realização:



Apoio:



Organização:

